

Polícia Comunitária no Mundo: breve histórico

Marcelo P. das Neves de Oliveira *

A concepção de que a polícia poderia atender de maneira mais apropriada aos cidadãos e às comunidades, a partir da instituição do Estado Democrático de Direito fez crescer em várias partes do mundo, a idéia de um policiamento próximo à comunidade, sob a égide de uma ideologia preventiva.

Todavia, Skolnick e Bayley (2006, p. 52) lecionam que “[...] o sistema de policiamento comunitário mais antigo e estabelecido de melhor forma é o japonês”, adotado imediatamente após a II Guerra Mundial, antes mesmo de se tornar popular. Já Marcineiro (2009) vai mais além, afirmando que suas manifestações primeiras no Japão datam de 1879. O modelo é calcado numa ampla rede de postos policiais denominados kobans e chuzaishos.

Esta orientação para o serviço à comunidade e o tratamento proativo do crime também foi adotada se não na mesma época, pouco tempo depois, pela Malásia, Coréia, China e Cingapura, o que deu origem ao termo “Escola de Polícia Oriental” (ideologia preventiva), a qual se contrapõe à Escola Anglo-Saxônica (ideologia reativa e de controle social) e à Escola Latina (ideologia militarista).

Em 1829, o Primeiro Ministro Inglês Sir Robert Peel, tendo por base a polícia francesa, criou a Real Polícia Metropolitana de Londres, tida por vários autores como a primeira organização policial moderna, estabelecendo nove princípios para regê-la, todos em sintonia com a filosofia de Polícia Comunitária. Um dos princípios diz: “[...] A polícia deve se esforçar para manter constantemente com o povo [comunidade] um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo [comunidade] e o povo é a polícia” (MARCINEIRO E PACHECO, 2005 apud AMORIN, 2009, p. 32).

No período de 1914 a 1919, Arthur Woods, Comissário de Polícia de Nova Iorque - EUA, começou a incutir na base da Polícia e da comunidade, através de uma série de conferências na Universidade de Yale, a percepção da importância social, da dignidade e do valor público do trabalho do policial. Inovou ao criar o policial júnior e ao visitar as escolas, podendo suas ações serem consideradas uma primeira versão do policiamento comunitário nos Estados Unidos.

Mas foi a partir da década de 60, após cerca de 40 anos de “período tranqüilo”, que algumas pesquisas, como a realizada em Kansas City, onde ficou constatada a ineficácia do “patrulhamento preventivo de rotina” com relação à diminuição da criminalidade, ao medo do crime, a atitude da comunidade frente à polícia e ao tempo resposta, bem como os tumultos urbanos ocorridos em bairros negros de cidades como Detroit, Newark, Los Angeles e Nova Iorque a partir de tensões entre policiais e afro-americanos¹, levaram algumas polícias estadunidenses a se encorajarem para a realização de algumas reformas na sua estrutura e nos seus procedimentos operacionais, buscando uma cooperação da comunidade.

Esta atitude foi fortalecida com o Relatório da Comissão Presidencial sobre Policiamento e Administração da Justiça (Comissão do Crime), em 1967, o qual afirmou que a polícia sozinha não seria capaz de preservar a paz e controlar o

¹ As causas desses distúrbios foram relatadas pela Comissão Consultiva Nacional sobre Desobediências Civis (Comissão Kerner) em 1968.

crime, sendo necessária a participação do público, surgindo daí o “policimento em grupo”, culminando na comunitarização da polícia.

Ainda nesse período, as pesquisas apontaram que o aumento do número de policiais, o patrulhamento ao acaso (passivo), as viaturas com duas pessoas, o patrulhamento mais intenso, o tempo resposta e as investigações criminais não se constituíam em medidas eficazes para a redução da criminalidade.

O problema do aumento da violência e da criminalidade ocorreu paralelamente em países da Europa e Ásia, surgindo novas experiências do policiamento comunitário na Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Inglaterra, bem como na Austrália, no Canadá e em Cingapura, entre as décadas de 70 e 80.

Na América Latina, as polícias vem passando por uma crise de identidade, fruto da transição do período ditatorial, quando estavam muito ligadas às Forças Armadas, para a redemocratização, que exigiu uma mudança significativa de seu papel. Com isso, as organizações policiais latino-americanas tem sido vistas frequentemente como ineficientes no combate ao crime e violentas no trato com a população.

Este foi o contexto para a realização de experiências comunitárias no Brasil, Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai, República Dominicana, no intuito de se recuperar o prestígio da Polícia. O PNUD tem desenvolvido em parceria com estes países, o Projeto Segurança Cidadã, que visa modificar o velho paradigma de gestão da segurança pública baseado na “Defesa do Estado” e na “Segurança Nacional”, para um modelo mais voltado para o cidadão.

Portanto, as experiências internacionais aqui relatadas expressaram “[...] uma tentativa de se repensar e reestruturar o papel da polícia na sociedade” (ROSENBAUM, 2002, apud BRODEUR, 2002, p. 27), assim como de se resgatar a confiança e legitimidade junto à comunidade, sendo que esse processo acumulou algumas dificuldades.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Jorge Schorne de. Sistema Nacional de Segurança Pública. Palhoça, 2009. Livro didático do Curso de Especialização em Polícia Comunitária da UnisulVirtual.

BRODEUR, Jean-Paul. Como Reconhecer um Bom Policiamento: problemas e temas; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6).

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6 / Organização: Nancy Cardia).

* Marcelo P. das Neves de Oliveira, tenente da PMBA; Graduado em Segurança Pública (Academia de Polícia Militar da Bahia, 2004); Pós-graduando em Polícia Comunitária (UNISUL, 2009, bolsista SENASP/MJ); Pós-graduando em Ética, Teologia e Educação (EST, 2009); Pós-graduando em Educação à Distância (UNEB, 2009). É professor de Técnica Policial na Academia de Polícia Militar da Bahia.